Vários estados da nossa federação estão implantando o Projeto Botão do Pânico, que é uma coisa muito simples, é um dispositivo. A mulher, vítima de agressão, aciona o dispositivo; esse dispositivo vai para a Polícia Militar e, se o agressor se aproximar da vítima, a Polícia Militar chega até o local. Em Sorocaba, debatemos isso na campanha eleitoral e agora a prefeitura vai fazer no município com a Guarda Municipal. Aqui em São Paulo há a Guarda Municipal Maria da Penha. No Espírito Santo fizeram, no Rio Grande do Sul também, e aqui em São Paulo o governador, o Santo da lista da Odebrecht, teve a desfaçatez de vetar o nosso projeto.

Então, nesse dia tão importante de luta das mulheres, da mulher trabalhadora, da mulher camponesa, da estudante, da mãe, da esposa, fundamentais na vida de todos nós, queria deixar registrado aqui mais um apelo a ele, que agora vai ter que se explicar para a Justiça sobre o negócio dessa lista e sobre a Dersa.

Estou entrando com um pedido de CPI para investigar a Dersa. A Dersa é fonte de propina aqui em São Paulo. Já que o governador vetou esse projeto tão importante, que poderia ajudar tanto a luta das mulheres no estado de São Paulo, que a Assembleia derrube esse veto. Seria importante, inclusive como simbologia. Se nosso presidente fosse mais altivo, hoje seria para aprovarmos aqui vários projetos em relação às mulheres, derrubada de vetos. Mas não; não temos um presidente altivo e à altura desta Casa. Possivelmente não teremos hoje a apreciação de nenhum projeto em relação a essa questão tão importante das mulheres. A Assembleia não vai dar nenhuma contribuição nesse sentido.

Queria citar outro projeto de minha autoria, que é para padronizar as delegacias especializadas e obrigar que nos municípios com mais de 100 mil habitantes tenha delegacia especializada, para que não continuemos com os casos subnotificados. As mulheres não acreditam no estado brasileiro: 21% somente - de cada dez são duas - vão até uma delegacia para fazer uma queixa, um boletim de ocorrência, uma denúncia. Não confiam no estado brasileiro: 13% recorrem à família e aos amigos, e para a igreja, 5%, e o restante não reclama para ninguém. É uma situação gravíssima. Há uma campanha nas redes sociais, e o nosso projeto é o Projeto de lei nº 643/2015 para instituir as delegacias especializadas nos municípios com mais de 100 mil habitantes e fazer com que elas funcionem 24 horas, sobretudo aos finais de semana. E o outro projeto, que foi vetado pelo Santo da lista da Odebrecht, é o Projeto de lei nº 811/2015, para instituir o botão de pânico no estado de São Paulo, sem custo. Segundo o "Estadão", Adir Assad era o operador do dinheiro, e o tal do Paulo Preto era outro que arrecadava a caixa da campanha dos tucanos aqui em São Paulo, 100 milhões. Com 1% disso, daria para instaurar o botão do pânico no estado de São Paulo, mas - repito mais uma vez - o Santo da lista da Odebrecht achou que o projeto não era importante e vetou esse projeto. Então, fica aqui registrada a importância deste dia fundamental. Parabéns às mulheres trabalhadoras que estão em luta. Fica o nosso apelo para que esta Casa derrube o veto ao projeto do botão do pânico, para que avancemos e as mulheres possam ir às delegacias. Sobretudo, que tenhamos delegacias especializadas no estado de São Paulo, para que as mulheres façam denúncia e o estado de São Paulo cumpra seu papel, que é coibir a violência e a agressão contra as mulheres.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. TEONILIO BARBA - PT- Sr. Presidente, peço a palavra para que o nobre deputado Carlos Neder fale pelo Art. 82, pela liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder pelo Art. 82, pela liderança do PT.

O SR. CARLOS NEDER - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, estamos rapidamente nos aproximando do dia 15 de março, que é a data definida para a eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

Para quem não sabe, a Mesa Diretora é a instância máxima de decisão deste Poder, que é a Assembleia Legislativa, e que deveria agir como um Poder autônomo na sua relação com o Poder Executivo, com o Poder Judiciário e com o Ministério Público, e deveria estabelecer uma relação de outra natureza com o Tribunal de Contas do Estado, órgão assessor da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

O que nós observamos é que, diferentemente do que acontece com os secretários de estado e com os reitores das universidades públicas, não há nenhum dispositivo legal para que o presidente do Tribunal de Contas do Estado venha à Assembleia Legislativa nos informar sobre o trabalho, as investigações e as análises desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado às políticas públicas, seu custo-benefício em relação às alternativas de gestão e ao uso de recursos públicos autorizados pelo parlamento estadual.

Lembro que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo trabalha ainda com o conceito de Orçamento autorizativo, diferentemente do que ocorre no Governo Federal, em que temos o Orçamento impositivo para as emendas parlamentares, observados alguns critérios de gastos vinculados à área da Saúde e à área da Educação.

Portanto, neste momento em que deveria estar sendo feito um debate programático sobre a Assembleia Legislativa, o que se espera dela, qual é a opinião que a população tem sobre o nosso trabalho na Assembleia Legislativa, nós observamos que nos corredores da Assembleia Legislativa o que se discute apenas é a alternativa de nomes para a gestão, durante os próximos anos, desse Poder, que é o maior e mais importante parlamento estadual do Brasil.

A bancada do Partido dos Trabalhadores, corretamente, vem fazendo reuniões com cada um dos pré-candidatos. Assim, nós ouvimos inicialmente o deputado Carlos Cezar, do PSB; ouvimos hoje o candidato do PSDB, Cauê Macris, e temos a expectativa de uma conversa com o deputado Raul Marcelo, do PSOL, todos eles colocando seus nomes como possibilidade para a Presidência da Assembleia Legislativa, a ser definida, repito, no dia 15 de março.

Este seria o momento adequado para analisarmos como funcionam - ou como deveriam funcionar - as comissões parlamentares de inquérito; se temos ou não em nossas atividades a presença de secretários de Estado, ou de representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, por exemplo, nas audiências públicas que fazemos na Assembleia Legislativa, que, invariavelmente, acabam acontecendo sem que haja uma participação de representantes do Poder Executivo, de outros poderes ou de órgãos de controle - como é o caso, por exemplo, do Ministério Público Estadual.

Queremos saber desses candidatos à Presidência da Assembleia Legislativa qual é o compromisso que assumem para uma nova atitude da Assembleia Legislativa na sua relação com os demais poderes constituídos e também para que a população passe a acreditar que nós, os deputados estaduais, cumpriremos à risca nossa prerrogativa de fiscalização do Poder Executivo.

Mas há outro lado a ser destacado.

A Assembleia Legislativa de São Paulo não é composta apenas dos 94 gabinetes de deputados estaduais. Ela tem uma estrutura própria, estrutura essa organizada em coordenadorias, departamentos, divisões, serviços, órgãos de apoio. E tão importante quanto entender a estrutura e o funcionamento do gabinete de cada um dos deputados é entender como funciona e qual é a estrutura da Assembleia Legislativa de São Paulo, porque vem diminuindo o peso dos funcionários concursados nesta máquina administrativa e tem aumentado o número de cargos de livre provimento por indicação política de parlamentares, bancadas ou blocos parlamentares. Nós queremos que haja transparência nas informações sobre a estrutura, a organização e o funcionamento da Assembleia.

Nesse sentido, encaminhei ao presidente desta Casa, deputado Fernando Capez, o Ofício nº 44/17, que passo a ler para que faça parte deste pronunciamento. Solicito ainda que este pronunciamento, inclusive com este ofício por meio do qual peço informações sobre a estrutura da Assembleia Legislativa de São Paulo, seja encaminhado aos dois candidatos colocados até o momento na disputa para renovação da Mesa Diretora, quais sejam, o deputado Carlos Cezar, o deputado Cauê Macris e o deputado Raul Marcelo, de modo a se pronunciarem sobre compromissos que possam assumir do ponto de vista da transparência do Parlamento Estadual de modo que que a população saiba o que fazemos com os recursos disponíveis neste importante órgão do Poder Público estadual.

Eis a íntegra do Ofício:

"Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Carlos Neder

São Paulo, 07 de março de 2017.

Ofício CN n° 44/2017

Excelentíssimo Senhor,

Deputado Fernando Capez,

Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de São Paulo

Atos da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) estabelecem os partidos políticos que têm direito a representação parlamentar no Poder Legislativo do Estado na corrente legislatura, bem como o funcionamento de sua estrutura administrativa.

A estrutura administrativa (correspondente aos diversos níveis hierárquicos de seu organograma) envolve cargos de livre nomeação, com ou sem requisitos de provimento, a serem providos pela Mesa Diretora e as lideranças partidárias. Entretanto, esses atos, como é o caso do Ato da Mesa n° 009 /2015, não esclarecem a totalidade desses cargos e gratificações, sua alocação nas diversas estruturas da Alesp, os critérios utilizados para a distribuição dos cargos entre os partidos e bancadas, nem o grau de transparência que deve ser dado a essas informações no Portal da Alesp.

Diante do exposto, e tendo por escopo dar maior transparência ao uso e forma de distribuição dos recursos públicos afetos à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, requeiro a Vossa Excelência, quanto à presente legislatura:

I) Discriminar os critérios utilizados para a distribuição de cargos e valores entre os partidos políticos de modo a respeitar a proporcionalidade das respectivas bancadas;

II) Quantitativo por tipo de recursos mensais disponíveis (cargos, gratificações e outras vantagens pecuniárias) e montante anual designado a cada partido na estrutura da Alesp, especificando a que título se referem;

III) Identificar os órgãos da Alesp em que há cargos e funções passíveis de preenchimento por livre nomeação e exoneração, discriminando o total de recursos afetos, apresentando - os de forma mensal e anual, e o modo como se distribuem entre partidos, bancadas e parlamentares (ex.: Mesa Diretora, Mesa Antecessora, Mesa Sucessora, ouvidoria, NAE, ILP, lideranças, gabinetes de deputados, etc.);

IV) Disponibilizar no Portal da Transparência da Alesp a relação de servidores nomeados pela Mesa Diretora ou por indicação partidária em cada órgão da Alesp, indicando o número de matrícula, cargo, nome, função, tipo de vaga e remuneração recebida.

Termos em que Pede

Deferimento."

Obrigado.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, uso da palavra para anunciar e parabenizar os metalúrgicos do ABC.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

* * *

Ontem, a partir das cinco horas da manhã, 18 fábricas na região de Diadema e Piraporinha paralisaram suas funções em protesto contra a reforma da Previdência. Infelizmente, mais uma vez a grande imprensa não mostrou.

Nesse sentido, quero mostrar e dizer que este é um jornal diário que distribuímos na porta das fábricas de terça à sexta-feira. Este exemplar mostra uma manifestação com mais de cinco mil trabalhadores que ocuparam a Imigrantes das oito às dez da manhã contra o desmonte da Previdência, contra o desmonte e a flexibilização das relações trabalhistas, dos direitos que temos hoje na CLT, contra a terceirização, porque além do 4330 que está no Senado, ontem a Câmara dos Deputados poderia colocar em pauta um projeto de terceirização aprovado há mais de 10 anos no Senado, que estabelece de vez o negociado sobre o legislado, que acaba com todos os direitos dos trabalhadores.

Este, então, é o jornal distribuído diariamente.

Quero parabenizar a direção, os militantes metalúrgicos do ABC, os companheiros e companheiras da Cipa, das comissões de fábrica, do sistema único de representação, dos comitês sindicais e da direção executiva do nosso sindicato, que, com certeza, travará uma grande luta, um grande enfrentamento no País contra a reforma da Previdência.

Parabéns companheiros metalúrgicos.

O SR. ED THOMAS - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Eu gostaria de cumprimentar o jornalista Mauro Frysman pelo seu aniversário no dia de hoje. Ele é um jornalista que trabalha muito em prol das informações, dos nossos mandatos e dos direitos do cidadão. Um grande abraço.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, em nome do PDT.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva, pelo Art. 82.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero também cumprimentar o jornalista Mauro Frysman e lembrar do Sebastião Nery, jornalista sério, competente, e que foi deputado, um homem que foi de esquerda - porque esquerda, hoje, não está mais na moda. Ele está completando 85 anos hoje e tem vários livros editados. Além do nível cultural elevado e da grande capacidade, ele tem um compromisso com a realidade brasileira. Numa época, quando fiz um trabalho sobre a privatização do Banespa - sobre a entrega do Banespa, presente que deram ao Santander -, ele foi o único jornalista que, verdadeiramente, cobriu o assunto, com artigo dele, no jornal "Folha de S. Paulo". A Sebastião Nery, nossas homenagens e nossos parabéns, e votos de que ele continue por muito tempo entre nós.

Sr. Presidente, eu não vou falar de um governo, quem é culpado, quem não é. Não importa neste momento. A realidade é que o Brasil tem uma dívida pública impossível de ser quitada. Se nós somarmos aqui tudo que o Brasil deve, e se jogarmos ali a taxa de juros que o Brasil paga - paga, não, ele vai enrolando e enrolando -, nós teremos mais de um bilhão de reais por dia de compromisso com os juros apenas, com os serviços da dívida pública. Os banqueiros têm todas as vantagens e as regalias: banqueiros nacionais, internacionais e outros especuladores financeiros.

Eu vejo aí: "Olha, vamos reformar a Previdência, vamos fazer isso, aquilo." Vamos, sim, não é? Quanto que o Brasil vai economizar? Vai economizar uma importância "X", ou "Y", que não chega perto daquilo que é o nosso compromisso com os juros da dívida pública.

Sr. Presidente, vamos pensar um pouco. Sessenta e cinco, a idade mínima. Aquele que trabalha no campo cortando cana, ou que trabalha no serviço pesado, seja onde for, vai trabalhar até 65 anos de idade. Se ele for dispensado com 50, 55 anos, quem é que vai arrumar emprego para esse cidadão? Ele vai morrer sem se aposentar.

Sr. Presidente, nobres colegas, essa realidade defendida pelo Governo Federal é muito bonita: bonita num país desenvolvido, quando o camarada fica desempregado recebe uma ajuda do governo, e quando chegar a idade ele se aposenta. Mas, no Brasil, não. No Brasil, vamos condenar a uma situação extremamente penosa as pessoas mais simples. Um trabalhador braçal, humilde, depois de 40, 45 anos, se ele estiver desempregado, dificilmente ele vai conseguir outra colocação. Ele não consegue. Mas simplesmente as nossas autoridades falam "Vamos promover a reforma, é urgente, o Brasil precisa."

E os juros da dívida pública? "Ah, não, mas aí nós não podemos mexer." Mas os órgãos de comunicação de massa não falam nada? Não podem falar porque os bancos fazem publicidade, gastam uma fortuna e ajudam políticos. Será que ajudam? "Ah, mas não aparece ali na documentação?" Não aparece. Mas será que o banco precisa de documentação para dar dinheiro a alguns políticos? Será que precisam?

E lá em Brasília? Será que os políticos têm coragem de falar que o Brasil precisa de uma moratória? Será que eles têm coragem? Mas vamos tirar de quem? Vamos tirar do trabalhador comum, pobre e simples. Esse não tem como se defender.

Então, Sr. Presidente e nobres colegas, acho que estamos às vésperas de uma grande covardia que será praticada contra os trabalhadores, contra aqueles que mais precisam da aposentadoria. O poderoso, o forte, não, ele não precisa tanto. Agora, o pobre precisa. Para o pobre, a aposentadoria representa a compra de remédios, de alimentos.

É esse trabalhador que será penalizado. Repito, encerrando, mais de um bilhão por dia de juros da dívida pública, e o Brasil não está pagando, vai acumulando. Ou seja, a cada dia o valor da dívida aumenta mais e o compromisso é maior ainda.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa requerimento, de autoria da Mesa, solicitando tramitação em Regime de Urgência para o Projeto de Resolução nº 2, de 2017, de autoria da Mesa.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento, de autoria da Mesa, solicitando tramitação em Regime de Urgência para o Projeto de lei Complementar nº 5, de 2017, de autoria da Mesa.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ED THOMAS - PSB - Quero fazer uma correção. Márcio é meu amigo do PSB. É o Mauro Frysman o nosso amigo jornalista que faz aniversário hoje e recebe o abraço de todos nós.

Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a finalidade de outorgar o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao Dr. Fábio de Salles Meirelles, presidente da Faesp, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo.

Está levantada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 16 horas e 43 minutos.

* * *

9 DE MARÇO DE 2017
22ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e DOUTOR ULYSSES
Secretário: DOUTOR ULYSSES

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a presença dos alunos da Faculdade de Direito do Mackenzie, de São Paulo, acompanhados dos professores Giovana de Moraes Busnello, Isabella Ortiz Gomes e Victoria Maria Janotti Perrone; e dos alunos do Curso de Direito das Faculdades Campos Salles - FICS, de São Paulo, acompanhados pelo Sr. Gilmar Bayer de Azevedo e pelo Sr. Daniel Maya Junior. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão solene, a realizar-se no dia 31/03, às 20 horas, para "Comemoração da 3ª edição do Prêmio Beth Lobo de Direitos Humanos das Mulheres", a pedido do deputado Carlos Bezerra Jr.
2 - MARCO VINHOLI
Cumprimenta os alunos presentes nas galerias. Saúda o vereador Betinho e o enfermeiro Zé, de Barretos, presentes em plenário. Afirma que os mesmos vieram protocolar um projeto para o Conselho da Criança e do Adolescente e um projeto para o Conselho do Idoso do Estado de São Paulo. Destaca o trabalho realizado por Fernando Alfredo, diretor social da Coab, que a seu ver realiza um trabalho extraordinário na cidade. Menciona a realização de uma palestra, hoje, às 17 horas, nesta Casa, pelo conselheiro do Tribunal de Contas de São Paulo Dimas Ramalho. Cita o lançamento do aplicativo da Nota Fiscal Paulista, pelo governador Geraldo Alckmin. Discorre sobre a aprovação, ontem, no Senado Federal, da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Parabeniza o prefeito de Lins, Edgar de Souza, que oficializou sua união estável esta semana.
3 - CORONEL TELHADA
Saúda os alunos presentes nas galerias. Cita a realização de reunião, hoje pela manhã, em Santana, com o coronel Marcelino e diversas autoridades e organizações locais, sobre a desordem urbana e a realização de pancadões na região. Menciona a discussão de propostas para minimizar os problemas que vêm ocorrendo na Zona Norte e manter a tranquilidade da população. Cumprimenta o Sr. Luiz Claudio e família, de Rio Claro, presentes na galeria. Discorre sobre evento, realizado ontem, no plenário Paulo Kobayashi, em homenagem aos policiais militares, civis, entre outros. Esclarece que o trabalho de prevenção realizado pela polícia não é valorizado pela população. Afirma que a mesma somente é valorizada quando combate o crime. Ressalta que a Polícia Militar deve ser pró-ativa e atuar antes que o crime aconteça.
4 - CARLOS GIANNAZI
Relata a realização, no último dia sete de março, de assembleia e de ato na frente da reitoria da USP, para debater a proposta apresentada pelo reitor Marco Antonio Zago. Considera esta proposta como a destruição total da USP. Compara a mesma com a PEC 55, aprovada no Congresso Nacional. Afirma que a mesma inclui o congelamento de salários e dos concursos públicos, além da demissão de efetivos e professores da universidade. Informa que no dia da "calorada", do ingresso de novos alunos na universidade, o reitor não abriu diálogo com a comunidade escolar e chamou a tropa de choque para reprimir os alunos e professores da USP. Exibe vídeos da manifestação e fragmentos de bombas, sprays e a bala de borracha que quase o atingiu. Diz que pedirá a convocação do reitor na Comissão de Educação e na de Direitos Humanos para prestar esclarecimentos. Pede a punição exemplar do mesmo.
5 - DOUTOR ULYSSES
Assume a Presidência.
6 - JOOJI HATO
Menciona a sanção do projeto apresentado pelo deputado Coronel Camilo a respeito dos pancadões. Lembra que já havia apresentado o mesmo projeto, anteriormente vetado. Parabeniza o prefeito de Bertioga pela tranquilidade do Carnaval, sem nenhuma desordem pública. Informa que logo após a passagem dos blocos vinha um caminhão de lixo para recolher toda a sujeira. Exibe vídeo a respeito da violência no bairro Real Parque, próximo ao Palácio do Governo. Destaca o veto ao projeto, de sua autoria, da moto sem garupa. Diz que a cidade de São Paulo parece uma cidade do velho oeste. Discorre sobre a necessidade de se fazer um pacto nacional, para que ninguém use armas.
7 - CARLOS NEDER
Parabeniza o deputado Carlos Giannazi por ter trazido a discussão da criação do teto de gastos na USP, seguindo o modelo da PEC 55, aprovada no Congresso Nacional. Afirma que esta Casa não pode manter-se calada diante de fatos como este. Cita requerimento para a Comissão de Transportes, de sua autoria, de abril de 2016, para que fosse convocada a diretoria da Artesp e também do DER, para prestar esclarecimentos sobre diversas denúncias, analisadas pela Frente Parlamentar pela duplicação da Rodovia SP 255, a qual preside. Afirma que todos os membros da Comissão pediram vista a este ofício, evitando a votação do mesmo. Menciona outro requerimento, de agosto de 2016, assinado por presidentes de outras frentes parlamentares, que também não foi votado. Questiona o porquê deste diretor não poder estar presente nesta Casa.
8 - MARCOS MARTINS
Afirma que a falta de segurança é generalizada, não ocorrendo somente no Morumbi. Menciona a falta de delegados em diversas cidades do interior, onde não é possível se fazer um boletim de ocorrência. Discorre sobre o veto a projeto, de sua autoria, para que os frentistas, nos postos de gasolina, respeitem o sinal do gatilho quando abastecem os carros. Afirma que o benzeno, que evapora quando o sinal do gatilho não é respeitado, é cancerígeno. Pede o apoio dos deputados para que este veto seja derrubado.
9 - CARLOS GIANNAZI
Afirma que o governador Geraldo Alckmin está fazendo propaganda enganosa no Diário Oficial do Estado. Exibe notícia, da capa do jornal, afirmando que os professores receberam reajuste salarial nesta última terça-feira. Informa que o decreto 62.500, de 06/03/17, trata de abono complementar, para equiparar o salário-base estadual com o piso nacional. Diz que o governador quer impedir a realização da greve nacional, no dia 15 deste mês. Cita a realização de manifestação, ontem, para combater a reforma da Previdência e o arrocho salarial.

GRANDE EXPEDIENTE

10 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, afirma que o governo estadual não valoriza o trabalho dos servidores do quadro de apoio da Rede Estadual de Ensino. Discorre sobre procedimentos da Secretaria da Educação que evidenciam esta situação. Cita que há necessidade, a seu ver, de convocação do secretário de Estado de Educação para esclarecer a questão.
11 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
12 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 10/03, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Doutor Ulysses para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - DOUTOR ULYSSES - PV - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao